



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**
EDITAL N.º 21/2019 - UFRA, DE 29 DE MAIO DE 2019

**NÍVEL E
ZOOTECNISTA**

08 de setembro de 2019

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 08h e término às 12h**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação

Após a Justiça derrubar de forma cautelar o contingenciamento de verbas em unidades de ensino, União deve protocolar recurso amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a segunda instância no caso, para garantir cortes

01 A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a
02 decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios
03 orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas
04 às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre. A defesa deve ser protocolada
05 amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda
06 instância no caso.

07 Em sua decisão cautelar (provisória), a juíza federal da Bahia acolheu uma série
08 de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação. A magistrada
09 analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que
10 comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

11 Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino,
12 o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”. O
13 descumprimento poderá ser alvo de multa de R\$ 100 mil. Os bloqueios orçamentários foram
14 definidos pelo Ministério da Economia, em revisão das estimativas de receitas. “A AGU
15 ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão. Para a juíza, embora
16 seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias,
17 “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o
18 direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino
19 federais”.

20
21 Obrigações

22
23 Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub,
24 classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou
25 as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade
26 Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

27 “Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas
28 apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente
29 destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país,
30 notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na
31 extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada.

32 Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que
33 as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”. Renata
34 Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à
35 continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e
36 manutenção. “A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no
37 texto constitucional”, concluiu a magistrada.

Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_ensinosuperior/2019/06/09/ensino_ensinosuperior_interna.761361/uniao-deve-protocolar-recurso-para-garantir-contingenciamento-na-educa.shtml

Acessado em 9/06/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo a juíza Renata Almeida, o contingenciamento imposto pelo MEC às universidades poderá gerar
- (A) mudanças em estimativas de receita.
 - (B) recurso por parte da AGU.
 - (C) recuo no desenvolvimento social.
 - (D) desrespeito a leis orçamentárias.
 - (E) desordem na comunidade acadêmica.

- 2 Na opinião da juíza, antes de impor limites orçamentários, o Ministério da Educação deve observar
- (A) a qualidade das universidades federais.
 - (B) o risco de paralisação das atividades.
 - (C) o cumprimento de serviços básicos.
 - (D) os preceitos que constam da Constituição.
 - (E) a defesa de obrigações contratuais.
- 3 Do trecho *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”* (linhas 27 a 31), compreende-se que
- (A) o ministro da educação errou ao classificar como “balbúrdia” eventos estudantis.
 - (B) os motivos apresentados pelo MEC não justificam o bloqueio das verbas.
 - (C) a previsão orçamentária para a UnB, a UFF e a UFBA foi equivocada.
 - (D) a UnB, a UFF e a UFBA são instituições de notória superioridade.
 - (E) o MEC deve considerar a diversidade das atividades das universidades.
- 4 De acordo com o texto **União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação**, a desobediência à decisão da juíza será punida com o(a)
- (A) não realização de serviços.
 - (B) paralisação das atividades.
 - (C) retratação do ministro.
 - (D) pagamento de multa.
 - (E) intimação da AGU.
- 5 Uma regra de regência foi desobedecida em
- (A) *A defesa deve ser protocolada amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda instância no caso* (linhas 4 a 6).
 - (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
 - (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
 - (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
 - (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).
- 6 No trecho *Em sua decisão cautelar (provisória)*, a juíza federal da Bahia acolheu uma série de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação (linhas 7 e 8), a palavra grifada é sinônimo de
- (A) *recolheu.*
 - (B) *recebeu.*
 - (C) *aprovou.*
 - (D) *acatou.*
 - (E) *adotou.*

7 As aspas indicam ironia em

- (A) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
- (B) *“A AGU ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão* (linhas 15 e 16).
- (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promotoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
- (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
- (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).

8 Uma palavra foi empregada em sentido conotativo em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4).
- (B) *A magistrada analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB)* (linhas 8 a 10).
- (C) *Para a juíza, embora seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias, “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino federais”* (linhas 16 a 19).
- (D) *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada* (linhas 27 a 31).
- (E) *Renata Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e manutenção* (linhas 33 a 36).

9 Em Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promotoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (linhas 23 a 26), os dois períodos poderiam ser ligados pelo conector

- (A) *porque.*
- (B) *mas.*
- (C) *e.*
- (D) *pois.*
- (E) *no entanto.*

10 O referente do elemento grifado está corretamente indicado em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4) → Advocacia Geral da União.
- (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → Advocacia Geral da União.
- (C) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → magistrada.
- (D) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promotoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24) → Abraham Weintraub.
- (E) *Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA)* (linhas 24 a 26) → Ministério da Educação.

LEGISLAÇÃO

- 11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que, além da exoneração, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (B) I – demissão; II – readaptação; III – aposentadoria; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
 - (C) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – falecimento.
 - (E) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, considera-se remoção o deslocamento do servidor
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (D) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.
- 13 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para tratar de interesse particulares, outras também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (D) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.

- 14 Além de recusar fé a documentos públicos e opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como
- (A) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (B) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (C) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (D) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (E) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

- 15 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. São deveres fundamentais do servidor, dentre outros:
- (A) I – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; II – não prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – não alterar e nem deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; IV – não fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – não permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; II – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; III – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
 - (C) I – o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso; III – não desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; IV – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
 - (D) I – ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; II – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum; V – divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
 - (E) I – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; II – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; III – desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – iludir e tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; V – retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; VI – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- 16 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Conforme esse Decreto, a aplicação do processo de avaliação de desempenho deverá ocorrer, no mínimo,
- (A) uma vez a cada quatro anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrienal, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (B) uma vez a cada três anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trianual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (C) uma vez a cada quatro meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (D) uma vez a cada três meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (E) uma vez por ano, ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.

- 17 Instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, a Política de desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional tem por finalidades
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (B) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – desenvolvimento permanente do servidor público; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 18 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Segundo essa lei, são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio de Professor e Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo e Professor voluntário ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e ao Professor do quadro efetivo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (E) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio ao Professor que também desenvolve cargo de Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

- 19 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da cassação de aposentadoria ou disponibilidade, existem outras penalidades disciplinares. Assinale a alternativa correta:
- (A) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; IV – destituição de cargo em comissão; e V – destituição de função comissionada.
- (B) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
- (D) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de função comissionada.
- (E) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). De acordo com esse Decreto, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas no atendimento aos usuários dos serviços públicos:
- (A) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
- (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, somente.
- (C) I – não obrigatoriamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (D) I – não necessariamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A criação de coelhos (*Lepus cuniculus*) requer alguns conhecimentos básicos no seu manejo, especialmente na primeira cobertura. Para as famílias que decidam criar este animal em ambiente rural, com a finalidade de produzir a melhor carne para consumo próprio, é necessário ter conhecimento de alguns cuidados.

BIONA. **Coelhos - Reprodução**. Disponível em: <https://www.biona.pt/manejo/coelhos-reproducao-970/>
Acesso em: 09 jun. 2019 (texto adaptado).

Para se efetuar a cobertura, é sempre o(a)

- (A) fêmea que é levada à jaula do macho, pois este, na sua jaula, conserva melhor o seu ardor sexual.
- (B) macho que é levado à jaula da fêmea, pois esta, na sua jaula, conserva melhor o seu ardor sexual.
- (C) fêmea primípara que é levada à jaula do macho inexperiente e que vai fazer seu primeiro cobrimento, aumentando a possibilidade de maior reprodução pela intensidade do ardor sexual.
- (D) macho experiente que é levado à jaula da fêmea experiente, pois esta, na sua jaula, conserva melhor seu ardor sexual.
- (E) macho e a fêmea que são colocados simultaneamente em uma jaula recém-construída, para que aumente o ardor sexual.

- 22 Com relação a uma boa cunicultura, aconselha-se a cobertura de várias coelhas no mesmo dia para a obtenção de maiores lotes da mesma idade, facilitando a transferência dos filhotes e a comercialização de lotes homogêneos, sendo a relação recomendada de um macho para dez fêmeas (monta natural).

FERREIRA, W. M. et al. (2012). **Manual Prático de Cunicultura**. Bambuí (MG): Ed. do Autor. 2012. Disponível em: <https://world-rabbit-science.com/Developping/Fichiers-pdf/Manual-pratico-de-cunicultura-2012.pdf>
Acesso em: 09 jun. 2019 (texto adaptado).

Além disso, considera-se que, no manejo produtivo,

- (A) não é indicado que o cunicultor assista à cobertura.
- (B) um macho deve ser usado, no máximo, duas vezes por dia.
- (C) o ritmo reprodutivo de um macho pode acontecer três vezes por dia, cobrindo a mesma fêmea.
- (D) para saber se a fêmea emprenhou, faz-se a palpação ventral após 30 dias da cópula.
- (E) o cio é manifestável, não havendo, portanto, necessidade de ser detectado através do exame dos órgãos genitais externos.

- 23 O manejo da produção suína compreende todo o processo reprodutivo e produtivo do sistema, devendo ser conduzido com toda a atenção, pois dele depende o alcance de melhores índices produtivos e o retorno econômico da atividade.

FÁVERO, J. A. (Coord.). **Produção de suínos**. Embrapa suínos e aves. Sistema de produção 1. Jul. 2013. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/SP/suinos/manejoprodu.html#precobricao2>
Acesso em 07 jun. 2019 (texto adaptado).

A duração ideal para que uma monta tenha sucesso na cobertura varia de

- (A) 40 a 45 minutos.
- (B) 30 a 35 minutos.
- (C) 20 a 25 minutos.
- (D) 15 a 20 minutos.
- (E) 05 a 10 minutos.

- 24 Aditivos promotores de crescimento e suas implicações na segurança alimentar consideram que os microingredientes podem ser designados também como “aditivos técnicos” em função de sua atividade específica de melhora de processo industrial, conservação e proteção dos alimentos durante o processamento, armazenamento e consumo pelos animais, mantendo e preservando suas características físicas e organolépticas.

DUARTE, K. F. **Aditivos promotores de crescimento e suas implicações na segurança alimentar**. Agrolink. 2018. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/colunistas/aditivos-promotores-de-crescimento-e-suas-implicacoes-na-seguranca-alimentar_386255.html

Acesso em: 09 jun. 2019 (texto adaptado)

Nesse contexto, para que os aditivos possam ser considerados “micronutrientes de alimentação”, eles devem

- (A) atuar em combinação com as microproteínas e estar presentes em altas doses.
- (B) apresentar resistência cruzada com outros microingredientes de alimentação.
- (C) não ser tóxicos para animais e ao ser humano nas dosagens recomendadas.
- (D) não ter efeitos deletérios ao ambiente, mesmo que mutagênicos sem alterações em pequenas doses.
- (E) deixar resíduos na flora intestinal, principalmente nas partes comestíveis, melhorando o desempenho digestivo.

25 A gestão em granjas de frangos e suínos é um desafio tão importante quanto a biossegurança, o manejo dos animais e dos dejetos e o consumo eficiente de água e energia. Em todas essas áreas, são necessários indicadores de desempenho fáceis de medir e de acompanhar. Os principais indicadores na gestão da granja são aqueles que medem disponibilidade de caixa, custos, renda da família e rentabilidade da granja.

MIELE, M; FISCHER, A. **Custo de Produção, Geração de Caixa e Retorno sobre o Investimento**: Uso de Indicadores Simplificados na Integração em Suínos e Aves. Maio/2017. Concórdia (SC).

Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159591/1/Cot5441.pdf>

Acesso em: 16 jun. 2019 (texto adaptado).

Considera-se que o indicador mais importante, que avalia todas as saídas de caixa (exceto a prestação do financiamento) e também o valor da mão de obra familiar e a depreciação, é o custo

- (A) operacional.
- (B) de receita bruta.
- (C) de geração de caixa.
- (D) de retorno sobre o investimento.
- (E) total.

26 O sistema de criação de galinhas em gaiolas viabilizou o aumento do consumo e transformou o ovo em uma das principais fontes de proteína animal a um preço acessível a toda população brasileira, já que nesse modelo de criação podem ser produzidos ovos em larga escala. Por outro lado, a tendência para consumo de ovos provindos de galinhas criadas soltas está influenciando os consumidores no Brasil.

RUSSO, J. **Sistemas Alternativos de Produção de Ovos**.

Disponível em: <https://agrocereasmultimix.com.br/blog/bem-estar-avicola-sistemas-alternativos-de-producao-de-ovos/>.

Acesso em 9 fev. 2019 (texto adaptado).

Com relação a essa última tendência, os consumidores brasileiros estão mais preocupados com o(a)

- (A) meio ambiente.
- (B) bem-estar do animal.
- (C) crescimento do plantel para que não falte o alimento.
- (D) preço alto dos ovos provenientes de galinhas criadas soltas.
- (E) pequena quantidade de proteínas dos ovos de galinhas criadas em gaiolas.

27 Para obter sucesso na atividade, o apicultor que cria a *Apis mellifera* precisa conhecer vários aspectos da vida desse tipo de abelha. Assim, pode-se tirar melhor proveito da capacidade que ela possui de produzir mel e outros produtos.

Criação de abelhas: apicultura. Embrapa Informação Tecnológica. Embrapa Meio Norte. Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11943/2/00081610.pdf>

Acesso em: 09 jun. 2019 (texto adaptado).

Além de outros fatores, a cor, o gosto (sabor), o cheiro (aroma) e a consistência do mel de abelhas africanizadas variam com o(a)

- (A) placa inferior da melgueira.
- (B) posição do alimentador.
- (C) florada e com o clima.
- (D) limpeza da canaleta.
- (E) uso do fumigador.

- 28 A chave para o sucesso de uma criação de coelhos é um bom manejo. Os coelhos são animais muito sensíveis, respondendo rápida e satisfatoriamente se criados em condições adequadas. Alguns cuidados devem ser tomados com os reprodutores, matrizes e láparos, bem como diagnóstico de gestação, colocação dos ninhos e técnicas de manuseio dos animais para que sua criação seja um sucesso.

Criação de coelhos: manejo e seleção de reprodutores.

Disponível em: <https://www.tecnologiaetreinamento.com.br/pequenas-criacoes/criacao-de-coelhos-manejo-e-selecao-de-reprodutores> Acesso em: 16 jun. 2019 (texto adaptado).

Entre outras características, a facilidade de adaptação e resistência às condições adversas definem esses animais pela sua

- (A) prolificidade.
- (B) precocidade.
- (C) cobrição.
- (D) rusticidade.
- (E) reprodução.

- 29 Constituem-se práticas que contribuem para a saúde das codornas a limpeza e a higienização do ambiente da criação, a limpeza frequente dos bebedouros e comedouros, assim como a retirada periódica das fezes nas bandejas coletoras. Deve-se lavar e desinfetar a bateria ou a gaiola toda vez que dela for retirado um lote. Além disso, as codornas devem ser vacinadas, por exemplo, contra a doença de Newcastle e Coriza, por se constituírem naquelas de maior importância econômica.

CARMO, A. K. S. **Como iniciar sua criação de codornas de forma prática.**

Disponível em: <http://www.almanaquedocampo.com.br/imagens/files/Criar%20codornas.pdf>.

Acesso em: 07 jun. 2019 (texto adaptado).

A 1ª dose da Vacinação de Newcast deve ser aplicada aos

- (A) 45 dias de idade, via muscular ou subcutânea.
- (B) 28 dias de idade, via muscular ou subcutânea.
- (C) 21 dias de idade, via ocular, instilando-se uma gota de vacina no olho.
- (D) 28 dias de idade, via ocular, instilando-se duas gotas de vacina em cada olho.
- (E) 45 dias de idade, via ocular, instilando-se duas gotas de vacina em cada olho.

- 30 Em uma determinada granja, um grupo de aves apresentou os seguintes sinais clínicos: pupilas irregulares, dificuldade de locomoção, incoordenação e presença de aves com pernas esticadas em sentidos opostos. As lesões caracterizaram-se pela presença de tumores na pele, vísceras e nervos. A prevenção poderia ter sido feita pela vacinação obrigatória no primeiro dia de vida das aves, ainda no incubatório, ou vacinação *in-ovo* aos 18 dias de incubação.

JAENISCH, F. R. F. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica.** Informações disponíveis em:

http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/frango_de_corte/arvore/CONT000g3izw7tp02wx5ok0tf2hbwwwxmi8sq.html

Acesso em: 17 jun. 2019 (texto adaptado).

Com base na descrição acima, considera-se que o grupo de aves desenvolveu a doença que conhecidas como

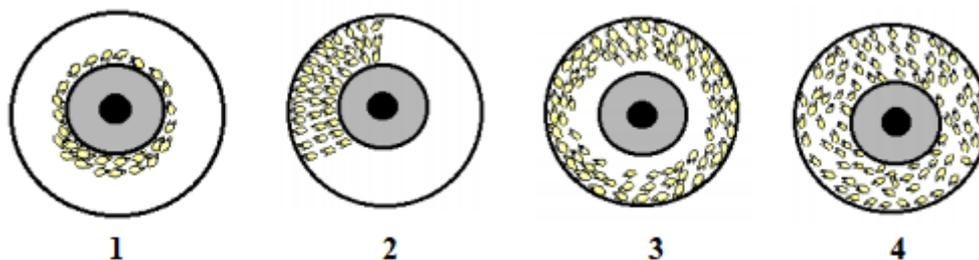
- (A) influenza aviária.
- (B) bronquite infecciosa.
- (C) doença de NewCastle.
- (D) doença de Marek.
- (E) doença do Gumboro.

- 31 As Disposições dos pintos no interior dos círculos de proteção, de acordo com o conforto térmico, estão dispostas nas figuras a seguir, onde o centro das figuras representa as campânulas.

BASSI, et al. **Recomendações básicas para manejo de frangos de corte colonial**. Concórdia: Embrapa

Suínos e Aves, 2006. Disponível em:

https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/recomend_basicas_manejo_frango_corte_colonial_000fzo3uv2402wx5ok0cpoo6aa9o60gh.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019 (texto adaptado).



A indicação de presença de corrente de vento e de que os pintos estão procurando a fonte de calor são

- (A) 1 e 2.
(B) 1 e 3.
(C) 2 e 3.
(D) 3 e 4.
(E) 2 e 4.
- 32 A eficácia no ciclo reprodutivo da maioria das espécies vegetais nativas das regiões tropicais tem como motivo a grande variabilidade no tamanho dos indivíduos das diferentes espécies de abelhas. A partenogênese é um tipo especial de reprodução existente entre determinados seres vivos, como as *Apis mellifera*.

SÁ, N. P.; PRATO, M. Conhecendo as abelhas: um projeto de ensino. **Biosci. J.** Uberlândia, v. 23, Supplement 1, 2007, p.107-110. Disponível em: <file:///C:/Users/jo/Downloads/6837-Article%20Text-26168-1-10-20071203.pdf>.

Acesso em: 17 jun. 2019 (texto adaptado).

Esse tipo de reprodução é caracterizado por

- (A) ser um processo sexuado.
(B) ocorrer apenas em invertebrados.
(C) acontecer quando um embrião se desenvolve a partir de um óvulo fertilizado.
(D) surgir em indivíduos geneticamente diferentes do indivíduo que os originou.
(E) não ser um processo sexuado, pois não há fusão de gametas.
- 33 As codornas são criadas em propriedades rurais e também em área periurbana nos municípios da região. Os produtos obtidos (carne e ovos) têm sido utilizados por restaurantes tradicionais e, em alguns casos, pela rede hoteleira, como pratos de grande procura, com preço igualando-se, ou mesmo superando, ao dos cortes nobres das carnes bovinas.

VIOLA, et al. **Perguntas e Respostas sobre Criação de Galinhas e Codornas na Agricultura Familiar do Meio-Norte**.

Teresina (PI): Embrapa Meio-Norte, 2018.

Disponível em: [file:///C:/Users/jo/Downloads/Doc248PerguntasRespostasCriacaoGalinhasCodornas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/jo/Downloads/Doc248PerguntasRespostasCriacaoGalinhasCodornas%20(1).pdf)

Acesso em: 07 ago. 2019 (texto adaptado).

Sobre a criação dessas aves, destaca-se que

- (A) o crescimento e a produção são mais rápidos e possibilitam um rápido retorno ao investimento.
(B) só se deve oferecer rações específicas para codornas, pois se forem utilizadas rações de galinha a produção diminuirá drasticamente.
(C) têm baixa taxa de postura, baixa rusticidade, baixo consumo alimentar e precocidade sexual.
(D) uma das vantagens de sua criação é a possibilidade de serem criadas em gaiolas ou galpões abertos.
(E) estão prontas para abate em média de 12 a 13 semanas.

- 34 Cientistas apontam que, embora a Apicultura seja uma importante iniciativa Socioambiental, a Meliponicultura apresenta o maior potencial para conservação da biodiversidade da Amazônia. Isto porque os meliponíneos são os principais agentes polinizadores da maior parte das plantas nativas da Amazônia.

Comissão de Agricultura aprova política de incentivo à apicultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/560355-COMISSAO-DE-AGRICULTURA-APROVA-POLITICA-DE-INCENTIVO-A-APICULTURA.html> Acesso em: 07 ago. 2019 (texto adaptado).

Com relação a essa atividade de maior potencialidade conservacionista para a Amazônia, considera-se que o, a(as)

- (A) técnicas de manejo e multiplicação de colônias de abelhas sem ferrão, apesar de pouco estudadas, têm resultados gradativos na Amazônia Oriental.
- (B) criação de abelha sem ferrão é uma atividade interessante para ser estimulada em áreas desprotegidas, pois não permite a geração de renda, o que protege da ação do homem.
- (C) abelhas sem ferrão são mais adequadas de serem criadas, pois não têm nenhuma estratégia de defesa, o que facilita o seu manejo pelo homem.
- (D) mel produzido pelas abelhas sem ferrão, apesar do baixo valor econômico, tem produtividade elevada, o que, ao final do processo, garante maior rentabilidade.
- (E) abelhas sem ferrão podem ser facilmente manejadas para aumentar a polinização e a produtividade de diversas culturas.

- 35 Para incrementar a sua produção, o apicultor precisa estar atento a todos os fatores que envolvem seu apiário. Nesse contexto, as abelhas *Apis mellifera* apresentam 3 castas de indivíduos: rainha, operárias e zangões. Todas essas castas passam por fases (ovo/ larva/ pupa/ adulto) para atingir a forma adulta. Esse período de desenvolvimento é definido como ciclo evolutivo.

RAMOS, J. M.; CARVALHO, N. C. Estudo morfológico e biológico das fases de desenvolvimento de *Apis mellifera*.

Revista Científica eletrônica de Engenharia Florestal. Ano VI, n.10, 2007.

Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/h4KxXMNL19aDCab_2013-4-26-15-37-3.pdf
Acesso em: 05 ago. 2019 (texto adaptado).

O mecanismo básico de determinação dessas castas relaciona-se às larvas fêmeas com

- (A) mais de seis dias de idade, que podem se desenvolver em abelhas rainhas, dependendo da alimentação.
- (B) mais de seis dias de idade, que podem se desenvolver em abelhas operárias, dependendo da alimentação.
- (C) menos de três dias de idade, que podem se desenvolver em abelhas rainhas, dependendo da alimentação.
- (D) menos de três dias de idade, que podem se desenvolver em abelhas operárias, exclusivamente pela presença do gameta masculino.
- (E) menos de três dias de idade, que podem se desenvolver em abelhas rainhas, exclusivamente pela presença do gameta masculino.

- 36 A avicultura é um setor importante para a economia do Brasil, mas também para a alimentação na mesa dos brasileiros. O Brasil é atualmente o segundo maior produtor do mundo nesta área! Conhecer a atividade é importante para descobrirmos como nossas vidas são afetadas direta ou indiretamente por ela. Alguns dos termos essenciais para o profissional da área entender a atividade da avicultura é a ideia de **conversão alimentar**.

5 Termos da Avicultura que você deveria conhecer. **Blog Alinutre alimentação animal.**

Disponível em: <https://www.nutriave.com.br/blog/termos-da-avicultura/>

Acesso em 08 jun. 2019 (texto adaptado).

A ideia a que esse termo se refere tem relação com a quantidade de

- (A) água consumida para gerar uma unidade de peso vivo.
- (B) ração consumida para gerar uma unidade de peso vivo.
- (C) farelo de soja consumido para produzir uma unidade de peso vivo.
- (D) suplemento vitamínico consumido para produzir duas unidades de peso vivo.
- (E) ração consumida para gerar duas unidades de peso vivo.

- 37 As aves são animais homeotérmicos capazes de regular a temperatura corporal. Cerca de 80% da energia ingerida é utilizada para manutenção da homeotermia e apenas 20% é utilizada para produção. A temperatura do núcleo corporal de aves adultas é igual a 41,7º C. Portanto, para determinada faixa de temperatura efetiva ambiental, a ave mantém constante a temperatura corporal, com mínimo esforço dos mecanismos termorregulatórios.

ABREU, V. M. N.; ABREU, P. G. Os desafios da ambiência sobre os sistemas de aves no Brasil. **Revista Brasileira de Zootecnia**. V. 40, p. 1-14, 2011.

Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/901939/1/osdesafiosdaambienciasobreossistemas.pdf>
Acesso em: 11 jun. 2019 (texto adaptado).

Essa conduta das aves em relação às condições ambientais é considerada como zona de

- (A) temperatura crítica inferior.
- (B) temperatura crítica superior.
- (C) exotermia.
- (D) conforto térmico.
- (E) conforto heterotérmico.

- 38 O manejo da produção de suínos compreende todo o processo reprodutivo e produtivo do sistema, devendo ser conduzido com toda a atenção, pois dele depende o alcance de melhores índices produtivos e o retorno econômico da atividade. A reprodução de suínos é um assunto de extrema importância para quem trabalha ou deseja trabalhar na área. A respeito do manejo dos machos, iniciar o treinamento em cobertura aos 7 meses, levando-o várias vezes à baía de cobrição antes de realizar a primeira cobertura de uma fêmea.

Manejo da produção de suínos. **Informe EMBRAPA**.

Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/SP/suinos/manejoprodu.html>

Acesso em 17 jun. 2019 (texto adaptado)

Com relação a esse manejo do macho, aconselha-se a realizar no máximo

- (A) cinco montas por semana entre 4 e 6 meses de idade.
- (B) duas montas por semana entre 7 e 9 meses de idade.
- (C) uma monta por semana entre 4 e 6 meses de idade.
- (D) cinco montas por semana entre 7 e 11 meses de idade.
- (E) três montas por semana entre 3 e 5 meses de idade.

- 39 O ovo é tido como um alimento funcional, não só por possuir características nutricionais, mas também por conter substâncias promotoras de saúde e preventivas de doenças. Além disso, medidas devem ser adotadas com o intuito de diminuir a contaminação do alimento, uma vez que a queda na qualidade do ovo começa no momento da postura e se prolonga rapidamente se não houver técnicas adequadas para armazenamento e conservação.

PIRES, M. F.; et al. Fatores que afetam a qualidade dos ovos de poedeiras comerciais. **Nutritime Revista Eletrônica**, on-line, Viçosa, v.12, n.6, nov/dez, 2015, p.4379-4385.

Disponível em: https://www.nutritime.com.br/arquivos_internos/artigos/339 - 4379-4385 - NRE 12-6 nov-dez 2015.pdf

Acesso em: 17 jun. 2019 (texto adaptado).

Sobre os aspectos de qualidade resultante das chamadas barreiras físicas desse alimento, considera-se que

- (A) a casca atua como primeira barreira de proteção à entrada de microrganismos no interior do ovo.
- (B) à medida que aumenta a idade da ave, a qualidade da casca dos ovos aumenta consideravelmente.
- (C) o ovo mucóide ajuda a inibir, por um período aproximado de 72 horas após a postura, a entrada de microrganismos no interior do ovo.
- (D) o albúmen, por sua baixa viscosidade, apresenta importante barreira biológica contra agentes infecciosos.
- (E) o pH menos elevado durante o armazenamento dos ovos dificulta a proliferação de microrganismos.

- 40 Quando se trata de instalações para a criação de suínos, as dificuldades econômicas e crises comuns tornaram obrigatória a racionalização do empreendimento para atingir um nível satisfatório de rentabilidade, forçando a boa combinação de fatores genéticos do rebanho, alimentação e manejo, que por sua vez contribuíram para a melhoria produtiva.

SARTOR, V.; SOUZA, C. F.; TINOCO, I. F. F. **Informações básicas para projetos de construções rurais (Unidade 2) Instalações para suínos**. Viçosa (MG): UFV, 2004.

Disponível em: <http://arquivo.ufv.br/dea/ambiagro/arquivos/suinos.pdf>

Acesso em: 14 jun. 2019 (texto adaptado).

Para implantação de uma atividade criatória desses animais, os componentes necessários relacionados ao setor de produção são

- (A) posto de vendas, abatedouros, cooperativas.
- (B) escritório, almoxarifado, controle (portão de entrada).
- (C) galpões para os animais e silos para ração.
- (D) casa-sede, casas de empregados.
- (E) fossa, crematório e pedilúvio.

- 41 Os números alcançados no último mês de fevereiro de 2018, em nível de campo, pelos produtores de frangos de corte de uma cooperativa apontaram resultados expressivos e inéditos índices, especialmente na integração cooperativa e produtor. Estes resultados consideraram parâmetros que compõem: ganho de peso diário (kg), viabilidade (%) e conversão alimentar.

Árvore do conhecimento frango de corte. **Desempenho zootécnico**. Disponível em:

https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/frango_de_corte/arvore/CONT000gkr3tep702wx5ok0wj9yquhfcpg9w.html

Acesso em: 05 ago. 2019 (texto adaptado).

O principal indicador a ser utilizado quando o objetivo é mensurar o desempenho zootécnico de um lote dessas aves é o

- (A) Fator de Abate (FA).
- (B) Fator de Consumo (FC).
- (C) Índice de Produtividade Asiático (IPA).
- (D) Índice de Eficiência de Corte (IEC).
- (E) Índice de Eficiência Produtiva (IEP).

- 42 Instalado na entrada da colmeia, esse alimentador é muito prático, pois deixa o alimento exposto do lado de fora, sem a necessidade de abrir a colmeia para o abastecimento, só devendo ser utilizado para alimentos líquidos. Consiste de um vidro emborcado sobre um suporte de madeira, parcialmente introduzido no alvado da colmeia, como pode ser observado na fotografia a seguir:



Fonte: Fotografia disponível em:

https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fd5zpylj02wx5eo0a2ndxyc9yj0wx.html.

Acesso em: 14 jun. 2019.

Criação de Abelhas (apicultura). Brasília (DF): Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11943/2/00081610.pdf>

Acesso em: 14 jun. 2019 (texto adaptado)

Esse modelo muito prático é conhecido como alimentador de

- (A) Doolittle.
- (B) Backman.
- (C) Cocho interno.
- (D) Boardman.
- (E) Cobertura.

- 43 Os pintos de corte no formato em que é possível a sexagem pelo exame das penas – ou seja, de empenamento lento – podem ser sexados com um dia de idade. No formato em que a sexagem por exame das penas não é possível – ou seja, de empenamento rápido – tanto os machos como as fêmeas têm o mesmo padrão de desenvolvimento das penas.

Manual de manejo de frangos de corte. 2008.

Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/avicultura/files/2012/04/Cobb-Manual-Frango-Corte-BR.pdf>.

Acesso em 09 jun. 2019 (texto adaptado).

Na sexagem dessas aves, quando as penas da fileira inferior (primárias) são

- (A) mais longas que as da fileira superior, trata-se de uma fêmea.
- (B) de comprimentos diferentes ou mais curtas que as da fileira superior, trata-se de um macho.
- (C) do mesmo comprimento ou mais espessas que as da fileira superior, trata-se de um macho.
- (D) mais longas e mais espessas que as da fileira superior, trata-se de uma fêmea.
- (E) mais curtas que as da fileira superior, trata-se de uma fêmea.

- 44 É importante estabelecer um procedimento padrão para a atividade de diagnóstico de cio, obedecendo a uma rotina diária durante a produção de suínos. O contato físico direto pela introdução do macho na baía das fêmeas, pelo menos durante 10 minutos a cada dia, garante a melhor estimulação para detectar o estro e é útil para checar porcas que não exibem o reflexo de tolerância. Para fêmeas alojadas em gaiolas, a utilização de um cachaço em combinação com o teste da pressão lombar é o método mais acurado de identificação de fêmeas em estro.

EMBRAPA. Produção de Suínos. Julho/2003.

Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/SP/suinos/manejoprodu.html#procedimentos>

Acesso em: 14 jun. 2019 (texto adaptado).

É recomendável que o diagnóstico de cio nesses animais deva ser realizado

- (A) a cada 24 horas.
 - (B) duas vezes ao dia com intervalo ótimo de 12 horas.
 - (C) quatro vezes ao dia com intervalo ótimo de 6 horas.
 - (D) três vezes ao dia com intervalo ótimo de 8 horas.
 - (E) a cada 48 horas.
- 45 Os processos de fabricação de rações, os quais devem ser considerados dentro das normas de Boas Práticas de Fabricação de rações (BPF), por vezes, devem passar por processo especial (por exemplo, através das etapas de condicionamento (exposição ao vapor úmido e quente), seguido de prensagem, formatação e resfriamento, com redução de temperatura e umidade), que visa incrementar a digestibilidade do produto.

Especial Nutrição. **Revista do AviSite. Produção Animal e Avicultura.** N. 55, Ano V, Nov/2011. Disponível em: https://www.avisite.com.br/revista/pdfs/revista_edicao55.pdf Acesso em: 18 jun. 2019 (texto adaptado).

Esse processo especial de produção de ração é denominado

- (A) tratamento térmico.
- (B) granulometrização.
- (C) detoxificação.
- (D) peletização.
- (E) fermentação.